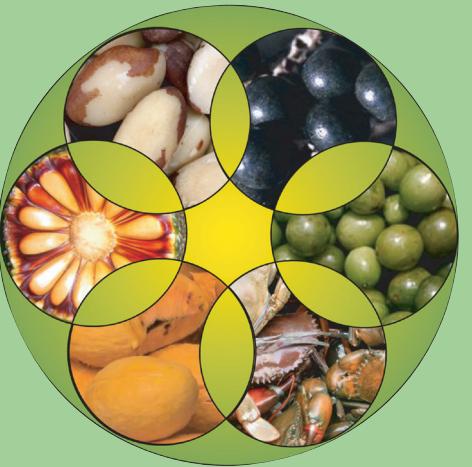




Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis

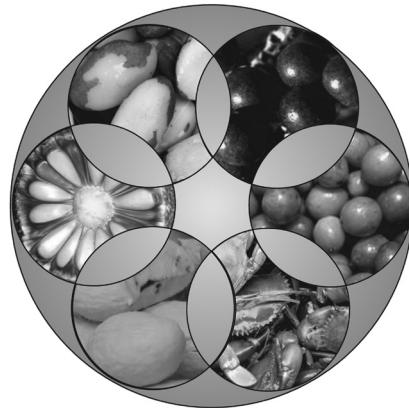


Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais

**Brasília – DF
2008**



Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis



Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais

Brasília – DF
2008

Equipes de coordenação responsáveis pela condução do Seminário Nacional:

Coordenação Política:

Claudia Maria Calorio (MMA),
José Adelmar Batista (MDA)
Marcus Vinícius Villarim (MDS)

Coordenação Executiva Geral:

Andréa Arean Oncala (SFB/MMA)
Bruno de Carvalho Filizola (MMA)
Diogo Gomes de Araújo (MDS)
Divani Ferreira de Souza (MDA)
João Cláudio Pompeu (MDS)
Luiz Carlos Balcewicz (MMA)
Marcelo de Sousa Nunes (MDA)

Equipe Técnica

Bruno de Carvalho Filizola (MMA)
Diogo Gomes de Araújo (MDS)
Ladjane Ramos Caporal-- (GTZ)
Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (GTZ/MDA)
Oraida Maria Urbanetto de Souza Parreiras (MDA)
Sonja Mayra Righetti (MMA)

Equipe logística e financeira

Gilson Souza (MMA)
João Cláudio Pompeu (MDS)
Luiz Carlos Balcewicz (MMA)
Vanessa Neiva (MDA/PBBI)

Equipe de Mobilização/Articulação dos participantes

Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA)
Izáuria Marcia Moura (MMA/MDA)
Marcelo de Sousa Nunes (MDA)
Rodrigo Almeida Noleto (MMA)
Sofia Araújo Alves (MMA)

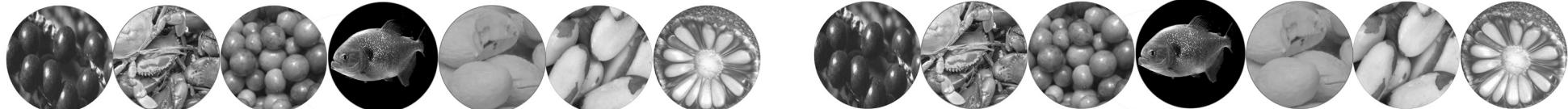
Equipe de Comunicação

Andréa Arean Oncala (SFB/MMA)
Haroldo César Bezerra de Oliveira (MMA)
Hétel Leepkahn dos Santos (MDA)

Equipe de Consultores

Ana Carolina Ramos (CIDART) - Revisão
Marcos Viana Túlio - Editoração eletrônica
Ribamar Teixeira (CIDART) - Projeto gráfico
Sérgio Cordioli - Sistematização das Informações Técnicas

Capa: criação de Ribamar Teixeira sobre fotos de Ricardo Russo (cestaria e artesanato)
e logomarca de Pedro Mascarin



SUMÁRIO

Introdução.....	06
Contexto dos Seminários Regionais	07
Objetivos dos Seminários Regionais.....	08
Aspectos metodológicos.....	09
Programa base do seminário.....	10
Resultados dos seminários.....	11
Aspectos conceituais - “produtos da sociobiodiversidade”.....	12
Aspectos conceituais - “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”.....	12
Propostas por área temática.....	13
Cadeias mais expressivas dos diferentes biomas.....	13
Articulação dos arranjos institucionais / atores regionais.....	17
Princípios Orientadores da Política.....	19
Propostas para a Assistência Técnica e Extensão Rural.....	21
Propostas para Linhas de Crédito e Fomento.....	27
Propostas para a Pesquisa e Tecnologia.....	31
Propostas para a Organização Social e Produtiva.....	37
Propostas para Marcos Regulatórios	42

INTRODUÇÃO

Este documento reflete as conclusões geradas por ocasião dos Seminários Regionais “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”, realizado nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste, envolvendo os Biomas Amazônia Ocidental e Oriental, Cerrado, Pantanal, Pampa, Mata Atlântica Sul/Sudeste e Norte, Zona Costeira e Marítima e Caatinga, realizados entre Setembro de 2007 e Junho de 2008.

Os sete Seminários Regionais ocorreram nos seguintes biomas e cidades: Amazônia Oriental e Ocidental (Belém-PA e Rio Branco-AC); Cerrado (Goiânia-GO), Mata Atlântica e Zona Costeira Marítima Sul e Pampa (Curitiba-PR); Mata Atlântica e Zona Costeira Marítima Sudeste e Norte (Rio de Janeiro-RJ), Caatinga (Juazeiro-BA) e Pantanal (Chapada dos Guimarães-MT).

Estes Seminários integram o processo de coleta de subsídios dos diferentes representantes de Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF) envolvidos com os produtos da sociobiodiversidade, buscando contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor a estas cadeias, promovido pelos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e demais atores envolvidos.

Os Seminários Regionais foram organizados pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICMBio), MDA (SAF, SDT, INCRA), CONAB, MDS (SAIP, SESAN), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e contaram com o apoio de diversos parceiros regionais.

Cada Seminário Regional contou com cerca de 100 participantes, dentre representantes dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, pesquisadores, setores empresariais, órgãos governamentais (federal, estadual e municipal) e ONG's.

Todas as propostas a seguir descritas foram construídas em uma seqüência de trabalho com pequenos grupos, finalizando com a apresentação, discussão, ajustes e validação, por consenso, em plenária. Cabe ressaltar que não houve nenhuma votação para incluir ou excluir quaisquer propostas que serão apresentadas a seguir. Nos seminários, o processo de construção participativa das propostas foi orientado por uma equipe de moderadores independentes, que atuaram de forma imparcial, assegurando igualdade de espaço de manifestação a todos os participantes, mantendo esta mesma postura, inclusive, na estruturação deste documento.

CONTEXTO DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

O Brasil é o único país de dimensões continentais que ainda apresenta cerca da metade de seu território coberto por vegetação nativa, a maior parte constituída de florestas tropicais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, além de importantes regiões ocupadas por outros biomas, como o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga, o Pampa, e a Zona Costeira e Marinha. Nestes ambientes encontram-se cerca de 20% das espécies de seres vivos do planeta, o que coloca o país na primeira posição entre os mega-biodiversos. Além disso, o Brasil se destaca quanto à diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, ribeirinhos, dentre outras), detentoras de considerável conhecimento e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo dos recursos da biodiversidade.

Apesar deste animador cenário, o Brasil ainda não aproveita devidamente essa inesgotável fonte para a geração de bens e serviços de alto valor agregado. A economia tem sido desenvolvida a partir da substituição da paisagem, promovendo uma acelerada mudança no uso do solo dos ambientes naturais por atividades agropecuárias de alto impacto. Essas atividades, muitas vezes, provocam a exclusão e ou a subordinação econômica e tecnológica dos povos e comunidades tradicionais dos processos produtivos, além da perda potencial da biodiversidade. Ainda não se considera a possibilidade de que o uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira possa agregar maior valor do que sua simples substituição por espécies exóticas que, muitas vezes, além de impactantes sobre a biodiversidade brasileira, demandam grandes quantidades de insumos importados de fora do país.

Especialistas consideram que o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, será possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas. Assim, o país poderá desenvolver uma nova fronteira econômica, levando em conta as dimensões ambiental e social, com base em vantagens comparativas ainda inexploradas e a possibilidade de maiores rendas interna e externa, advindas da valorização dos recursos, bens e serviços que a sociobiodiversidade representa.

Existe um conjunto de políticas do governo federal e de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos sociais, empresas com responsabilidade socioambiental e da academia que buscam estratégias para a reversão deste quadro. Estas iniciativas contribuem para a consolidação de experiências demonstrativas da competitividade destas cadeias e do grande potencial que estes produtos representam para a conservação da biodiversidade, para a geração de renda e para o desenvolvimento sustentável, mais acentuado ainda numa conjuntura de mudanças climáticas. Grandes avanços têm sido verificados nos últimos anos, mas ainda percebe-se que a maioria das iniciativas tem caráter piloto, com abrangência restrita no aspecto territorial, econômico e social, e pouco impacto na definição de prioridades político-econômicas do país e nos indicadores de desenvolvimento social e econômico. Assim, identifica-se a necessidade de evolução das experiências-piloto para o contexto de políticas públicas.

Desta forma, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome com outros parceiros do governo e da sociedade civil, vem trabalhando no sentido de promover a elaboração de uma

estratégia política para o fortalecimento dessas cadeias e a consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos. A estratégia prevê a integração das ações e projetos de apoio a cadeias e arranjos produtivos da sociobiodiversidade e busca, desde sua elaboração, envolver outros setores da sociedade e sua ampla discussão entre os diversos segmentos sociais e atores envolvidos.

O processo tem como objetivo criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de sociobio-empreendimentos sustentáveis, fortalecendo a visão estratégica de apoio/fomento às cadeias de valor e arranjos produtivos locais e regionais, a partir de um enfoque sistêmico, participativo e descentralizado. Uma parte dessa estratégia inclui consultas aos diversos atores envolvidos com essas cadeias, o que ocorreu por meio dos setes seminários regionais e uma consulta ao setor empresarial. Esses eventos visaram -proporcionar espaços de comunicação com os atores sociais envolvidos para o aperfeiçoamento da estratégia e o estabelecimento de uma visão mais convergente com as necessidades atuais.

OBJETIVO GERAL DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

Reunir subsídios para a formulação de políticas para os produtos da sociobiodiversidade¹, com foco na agregação de valor e na consolidação de mercados sustentáveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aperfeiçoar a estratégia política do governo federal para os produtos da sociobiodiversidade e suas cadeias e arranjos produtivos.
- Definir cadeias prioritárias e sistematizar informações sobre a situação dos principais produtos da sociobiodiversidade nos diferentes biomas brasileiros, considerando suas principais limitações/gargalos e potencialidades/vantagens competitivas.
- Elencar ações prioritárias que contribuam para a agregação de valor a estas cadeias.
- Indicar estratégias para a consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos, que venham a valorizar a sua origem, a forma de produção (agroecológica, orgânica e afins), aspectos socioculturais relevantes, sua importância para a geração de emprego e renda, a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a repartição de seus benefícios.
- Incentivar a formação de grupos regionais para a discussão, articulação e implementação de ações e estratégias visando agregar valor às cadeias, fortalecer os APLs e consolidar mercados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os Seminários Regionais seguiram os princípios do enfoque participativo / construção participativa que procura reunir princípios, técnicas e instrumentos que facilitem o processo de debate e de intercâmbio de experiências, melhorando a dinâmica dos eventos.

Uma equipe de moderadores coordenou o processo metodológico, apoiada por facilitadores e relatores que coordenaram os debates nos diversos grupos de trabalho. Funcionaram como catalisadores e sistematizadores para as diversas propostas que apareceram, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo de construção participativa.

Diversas palestras niveladoras foram proferidas, em sistema de mesas de debate, com a função de nivelar informações entre os participantes e fornecer subsídios para que estes pudessem formular propostas mais bem orientadas nos diferentes grupos de trabalho. Cada rodada de palestras (mesas de debate) foi finalizada por um representante da coordenação nacional, buscando fazer uma síntese dos aspectos abordados e indicar elementos para o trabalho dos grupos.

Todos os debates em plenária foram apoiados pelo registro visual contínuo de todo o processo (digitação projetada em data show). Assim ocorreu também nos diversos grupos de trabalho, buscando-se mais objetividade e transparência em todos os momentos. No registro dos trabalhos em grupo, houve o cuidado, por parte de alguns relatores, de registrar todos os passos da conversa. Esses registros detalhados encontram-se nos anexos deste relatório.

Os trabalhos em grupos foram organizados de forma seqüencial, precedidos pelas palestras motivadoras e debates em plenária. O espaço dos grupos de trabalho buscou aumentar a eficácia da comunicação e garantir um momento intensivo de criação, gerando propostas que foram debatidas e validadas em plenária. Nos pequenos grupos se estabeleceu o contato face a face e criaram-se idéias de forma intensiva.

A primeira rodada de trabalho focou aspectos conceituais e de orientação, sendo que os demais foram orientados para a formulação de propostas para assistência técnica, crédito e fomento, pesquisa e tecnologia, marcos regulatórios e arranjos institucionais. Houve uma “ciranda de grupos” que possibilitou que cada grupo de pessoas debatesse três desses cinco temas, nos diferentes momentos de trabalho (momento 1, produção e beneficiamento; momento 2, agregação de valor; e momento 3, mercados). A cada rodada, o novo grupo de participantes daquele tema fazia seu próprio debate, levantava suas propostas e também refletia sobre o trabalho do grupo anterior. Isso facilitou muito a dinâmica da plenária final, além de enriquecer bastante o trabalho temático.

As sessões plenárias foram utilizadas para o aperfeiçoamento e validação das propostas geradas nos grupos, sendo o espaço para a socialização dos resultados, das tomadas de decisão e de se estabelecer a co-responsabilidade e cumplicidade nos resultados alcançados.

A documentação dos Seminários Regionais é descritiva de todo o processo de construção participativa em cada evento e foi baseada na transcrição das apresentações dos palestrantes e nos documentos gerados durante os trabalhos de grupos e decisões em plenária. Este documento reúne e compatibiliza o resultado destes sete Seminários Regionais.

PROGRAMAÇÃO BASE

1º Dia – manhã:

Tema 1 – Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

9h – Mesa de abertura

9h30 – Palestra niveladora (a visão do Governo sobre o tema)

10h15 – Debates em Plenária – aberto aos participantes

11h – Grupos de trabalho – Cadeias prioritárias, princípios, arranjos institucionais e aspectos conceituais

1º Dia – tarde:

Tema 2 – Produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade: entraves, lacunas, potencialidades e oportunidades.

14 h – Palestras niveladoras

15h40 – Debate em Plenária

16h – Grupos de trabalho

2º Dia – manhã:

Tema 3 – A agregação de valor socioambiental às cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

8h30 – Palestras niveladoras

10h05 – Debate em Plenária

11h – Grupos de trabalho

2º Dia – tarde:

Tema 4 – Abertura, ampliação e estratégias para a conquista de mercado

14h – Palestras niveladoras

15h – Debate em Plenária

16h – Grupos de trabalho

3º Dia: os dois períodos

Plenária Final – apresentação, discussão, ajustes e validação das propostas sintetizadas/relacionadas pelos grupos de trabalho.

RESULTADOS DOS SEMINÁRIOS

Nas páginas seguintes serão apresentados os resultados obtidos nos Seminários Regionais, os quais definiram os aspectos conceituais relacionados com a sociobiodiversidade, as cadeias mais expressivas em cada bioma e as propostas por área temática, a saber:

- Articulação dos arranjos institucionais / atores regionais
- Princípios que deverão orientar as políticas para a sociobiodiversidade
- Propostas para a Assistência Técnica e Extensão Rural
- Propostas para Linhas de Crédito e Fomento
- Propostas para a Pesquisa e Tecnologia
- Propostas para a Organização Social e Produtiva
- Propostas para Marcos Regulatórios

Destaca-se que para a obtenção de tais resultados foram seguidos os princípios de enfoque participativo / construção participativa com palestras niveladoras e debates em plenária entre os grupos de trabalho. Todas as propostas foram aprovadas por consenso, sem necessidade de votação.

ASPECTOS CONCEITUAIS

“CADEIA PRODUTIVA DA SOCIOBIODIVERSIDADE”

“Cadeia produtiva da sociobiodiversidade é um sistema integrado e harmônico, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares - PCTAF e que asseguram a distribuição justa dos seus benefícios”.

“PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE”

“São bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade local voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares – PCTAF, numa relação harmônica entre si, com sustentabilidade, justiça social e respeito às especificidades culturais e territoriais, que assegurem a manutenção e a valorização de seus laços sociais, suas práticas e saberes, dos direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria do ambiente em que vivem e da sua qualidade de vida”.

PROPOSTAS POR ÁREAS TEMÁTICAS

CADEIAS MAIS EXPRESSIVAS POR DIFERENTES BIOMAS

A seguir, serão apresentadas as cadeias mais expressivas de cada Bioma. Para defini-las foram utilizados critérios comparativos tais como: maior significância social, maior importância econômica, maior relevância ambiental, maior nível de organização. Ressalta-se que o número expresso ao lado de cada cadeia representa a quantidade de indicações que cada uma recebeu. Na maioria dos Seminários, os participantes preferiram não colocar os produtos por ordem de prioridade, o que foi acatado pela Coordenação Nacional.

1. Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental

- Açaí (32);
- Farinha/mandioca (25);
- Óleos (andiroba, babaçu, copaíba, muru-muru, dendê, pracaxi) (19);
- Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos) (17);
- Artesanato com bio-jóias, fibras, palhas, fibra de açaí, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes (17);
- Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) – in natura, preparo de doces e polpas (12);
- Plantas medicinais e aromáticas (11);
- Mel (10);
- Castanha-do-Brasil (3);
- Ecoturismo (2).

2. Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Ocidental

- Castanha-do-Brasil (41);
- Óleos vegetais – copaíba, andiroba, muru-muru, babaçu, dendê (32);
- Açaí (25);
- Borracha (16);
- Artesanato – ementes, dentre elas a jarina, bio-jóias, fibras, cerâmica, cipós (6);
- Pesca – Pirarucu, jacaré, peixes ornamentais (6);
- Meliponicultura (5);
- Mandioca (2);

- Plantas Medicinais - cascas, sementes, raízes, folhas (1);
- Plantas Ornamentais – Taboca (1);
- Turismo Rural Comunitário (1);
- Extratos / Seivas vegetais - sangue de dragão, angico, outros;
- Carvão vegetal (babacu);
- Quelônios - tracajás, tartaruga (2);
- Frutíferas - cupuaçu, buriti, cajá, melancia, cacau, bacuri, patuá, abiu, camu-camu, jenipapo, bacaba, araçá-boi;
- Palmitos - pupunha, açaí, outros;
- Produtos culturais indígenas (dança, desenhos, pinturas, música);
- Algodão – espécies nativas (produção indígena);
- Urucum e guaraná (2);
- Feijão de praia, amendoim (mandubim);
- Condimentos, pimenta, corantes.

3. Cadeias mais expressivas do Bioma Cerrado

- Fruteiras – baru, pequi, mangaba, cagaita, caju, jatobá, buriti, araticum, gabiroba, guapeva, macaúba, bacuri, jerivá, murici, tarumã, bacaba, frutas para os bichos, etc.;
- Mel de melíponas, apis e derivados;
- Fitoterápica (plantas e processos): arnica, barbatimão, faveira, aroeira, copaíba, quina, virola, papaonha, mamacadela, sangra d'água, etc.;
- Animais silvestres: ictionológicos, avícolas, mamíferos, répteis, etc.;
- Plantas ornamentais: palmeiras: bacaba, inajá, macaúba, jerivá, guariroba, butiá, coco-babão, buriti, bacuri e licuri, bromélias, orquídeas, suculentas, gramíneas, etc.;
- Árvores e arbustos ornamentais: nó-de-porco; louro preto, chichá, jacarandá, ipê branco, rosa e amarelo, embaúba, paineira, quaresmeiras, saca-rolha, arrabideas, etc.;
- Ecoturismo de base comunitária;
- Artesanato – palha, capim dourado, fibras, sementes, couro de peixe, etc.;
- Espécies madeireiras;
- Serviço socioambiental de base comunitária (vegetação nativa, solo, fauna, água, etc.).

4. Cadeias mais expressivas do Bioma Mata Atlântica e ZCM (SUL)

- Juçara (polpa, palmito, sementes e mudas);
- Mel silvestre;
- Fibras naturais e cipós nativos (imbé, bananeira, taboa, etc.);
- Plantas medicinais, condimentares e aromáticas nativas;
- Erva mate oriunda de SAF ou manejo de floresta nativa;
- Vime (região do Planalto Catarinense);
- Frutíferas nativas (jaboticaba, pitanga, etc);
- Guanandi (madeira e óleo) e outras oleaginosas;
- Pesca artesanal / couro de peixe;
- Plantas ornamentais;
- Pinhão, raízes, sementes e grãos nativos;
- Variedade cultural e de folclore;
- Artesanato;
- Caixeta, bracatinga, jacatirão, guaricica, aroeira e bambu.

5. Cadeias mais expressivas do Bioma Pampa

- Lã bruta e Artesanato

6. Cadeias mais expressivas do Bioma Mata Atlântica e ZCM (SUDESTE E NORDESTE)

- Animais silvestres;
- Meliponicultura e Apicultura;
- Araucária – pinhão;
- Aromáticas nativas e fitoterápicos;
- Artesanato;
- Banana da terra, Cacau e Café orgânico;
- Caixeta, Cambuci, Bambu nativo, Aroeira,Taioba, Araruta, Piaçava, Candeia, Taboa, bucha, sapê;
- Cana – derivados de produção familiar;
- Condimentos: pimentas, urucum, dendê de produção familiar;

- Juçara;
- Madeiras morta e silvicultura de nativas – pau brasil, angico, ipê, pau ferro, abajerú, etc.;
- Mandioca;
- Ornamentais: flores e folhagens nativas, samambaia preta;
- Pesca artesanal e maricultura de espécies nativas;
- Produtos de sistemas agroflorestais: frutas nativas (mangaba, abacaxi, cajá, jabuticaba, etc) e frutas exóticas (manga, jaca, etc.);
- Sal (produção artesanal);
- Sementes e mudas;
- Turismo sustentável.

7. Cadeias mais expressivas do Bioma Caatinga

- Fruticultura (tamarindo, caju, umbu, maracujá do mato, mamãozinho de veado, pequi, babaçu, araçá, cajuí, faveleira, capa rosa, uvaia, trapiá, quixadera, gogóia, jurubeba, ingá, juazeiro, macaúba, catolé, pinha, genipapo, frutos dos cactus, inço, brutus, araticum, coroa de frade, ananás, jatobá, araçazinho, budinho, fruta de cagado, buriti);
- Apicultura e meliponicultura;
- Ovino/Caprinocultura com espécies tradicionais;
- Mandioca;
- Carnaúba, Angico, Fava danta, Agave;
- Maniçoba, Oiticica;
- Avicultura de capoeira;
- Cana de Açúcar artesanal;
- Algodão Mocó;
- Produtos madeireiros de manejo sustentável;
- Pesca artesanal;
- Artesanato (Buriti, Carnaúba, Bio-jóias – catinguera/ caruá);
- Plantas Medicinais (batata de purga);
- Plantas xerófilas e ornamentais;
- Sementes Crioulas;
- Urucum;
- Licuri;
- Turismo de base comunitária.

8. Cadeias mais expressivas do Bioma Pantanal

- Peixes – isqueiros / coletores de iscas, pescadores artesanais, variedades diversas;
- Ecoturismo – contemplação de animais e pássaros e pesca esportiva;
- Artesanato – couro, argila, osso, sementes, urubamba, algodão, madeira;
- Mel e plantas melíferas;
- Frutos – bocaiúva, guavira, pequi, cumbaru, jatobá, laranjinha de pacu, mangava, cajazinho, tucum, canjiquinha, cajá manga, ciputá, caraguatá, cajuí, pateiro, tialimpava, cagaita, coroa de frade, araticum, tarumarana, araçá, goiaba nativa, acuri, ingá, mamica de cedula, jabuticaba nativa, pitomba, tarumam, marmelo, tamarindo, acaia, ata, fruta de veado, manduvi;
- Plantas medicinais e aromáticas;
- Pigmentos naturais;
- Grãos – arroz selvagem, milho selvagem e semente do fruto da vitória régia;
- Animais nativos de cativeiro;
- Fibras;
- Madeiras nativas certificadas;
- Boi tucura e cavalo pantaneiro;
- Mandioca nativa e seus derivados.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Articulação dos arranjos institucionais / atores regionais para o fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Organizar as cadeias dos produtos e serviços da sociobiodiversidade em cada um dos biomas

- Organizar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade, em cada bioma, identificando, mapeando e cadastrando os produtos, criando marcas comuns, indicações geográficas e identidades para os seus produtos;

2. Desenvolver processos de planejamento participativo voltados às cadeias dos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Identificar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e integrar as ações comuns nas várias regiões.

- Realizar diagnósticos rurais participativos, com foco estratégico de territorialidade e no planejamento de ações conjuntas dos órgãos governamentais.
- Definir claramente os papéis de cada instituição/organização nas políticas públicas.

3. Criar espaços institucionais de negociação e de concertação voltados às cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Criar o Conselho Nacional da Sociobiodiversidade.
- Criar câmaras setoriais da biodiversidade, em cada bioma, formalizando redes de comunicação.
- Fortalecer as experiências e as organizações locais e regionais.
- Fortalecer o CONACER (Comissão Nacional do Cerrado Sustentável) - fórum participativo consultivo, com participação de vários ministérios, sociedade civil organizada.

4. Fortalecer mecanismos de comunicação entre cadeias, comunidades, governo e sociedade

- Criar mecanismos eficientes e abrangentes para mapear as ações e divulgar as informações, tanto das instituições governamentais como da sociedade civil organizada, fortalecendo as redes de comunicação.
- Atuar em rede, criando grupos de interesse, assegurando que cada grupo tenha um articulador local / regional.

5. Fomentar espaços para o diálogo permanente entre PCTAF – comunidade e governo

- Pautar fóruns de discussão para produtos da sociobiodiversidade, como os conselhos de desenvolvimento rural.
- Criar espaços de diálogo junto às associações, para que se possa apresentar demandas e propostas das comunidades.
- Realizar seminários setoriais para discussão das formas mais adequadas de desenvolvimento da produção da sociobiodiversidade.
- Promover a integração de entidades e de suas ações institucionais, envolvendo consumidores e financiadores.

6. Desenvolver estratégias voltadas ao fortalecimento das organizações sociais locais

- Fortalecer os movimentos sociais locais, divulgando os processos existentes, valorizando os conhecimentos e saberes das diferentes comunidades.
- Identificar, apoiar e capacitar articuladores das cadeias para acessar informações e promover a gestão do conhecimento local.

7. Integrar as diferentes esferas de governo, unificando políticas e conceitos de territórios utilizados pelo governo

- Articular os diferentes fóruns como forma de alinhar as ações governamentais, redefinir as unidades territoriais e identificar as ações realizadas em cada espaço.
- Unificar conceitos utilizados pelos diferentes ministérios.

8. Desenvolver processos de capacitação de todos os atores envolvidos voltados à organização e gestão dos grupos sociais

- Assegurar que os diferentes atores tenham capacidade, habilidade e atitude para organizar e gerir suas organizações.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA POLÍTICA

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Assegurar que os PCTAF sejam os sujeitos das políticas governamentais e não objeto destas

- Garantir o direito dos PCTAF de ter uma participação efetiva na elaboração, execução e no monitoramento das políticas, na participação nos colegiados, na proteção do acesso ao conhecimento popular e na repartição de benefícios.
- Valorizar os PCTAF e seus conhecimentos, modos de produzir, saberes e cultura, respeitando às especificidades locais.

2. Construir espaços para a revisão dos marcos legais de modo a possibilitar aos PCTAF o acesso aos recursos da biodiversidade, produzir e comercializar de forma justa e solidária, com critérios diferenciados

- Respaldar as leis que beneficiem os PCTAF e suas organizações a comercializarem sua produção de forma legal e justa, com a construção de marcas sociais fortes.
- Ser integrada com um marco regulatório adequado, construído participativamente, possibilitando o tratamento diferenciado aos produtos da sociobiodiversidade.

3. Respeitar a singularidade das comunidades, dos processos produtivos e de seus biomas

- Orientar para que a política pública seja elaborada de maneira a contemplar os diversos biomas do Brasil, não engessando os processos e nem querendo tratar iguais os diferentes.
- Levar em consideração a diversidade dos biomas, das culturas, dos saberes, das características dos segmentos e de seus produtos.
- Respeitar os territórios de conhecimentos, as questões de geração, integrando jovens e idosos, com uma política específica para assistência técnica.

4. Valorizar e divulgar os saberes, culturas e costumes dos PCTAF, em cada bioma

- Assegurar que os conhecimentos tradicionais sejam valorizados, registrados e difundidos por meio de capacitações aos interessados.
- Respeitar as diferenças específicas de identidade, territorialidade e de culturas, conciliando usos tradicionais com a conservação da biodiversidade.
- Os produtos da sociobiodiversidade devem ser reconhecidos pela cultura e imagem associada a eles.

5. Valorizar o uso sustentável dos recursos naturais e o papel dos PCTAF na conservação dos biomas

- Valorizar o correto uso do meio ambiente, com viabilidade ecológico-econômica, otimização do uso da energia, diversificação da produção, valorização da produção com base na “floresta em pé”, participação, inclusão social e valorização do uso da biodiversidade como estratégia para conservação e recuperação.
- Reconhecer os diferentes mecanismos de avaliação da conformidade.

6. Assegurar os princípios da ética e dos valores sociais em detrimento dos jogos políticos e de poder

- Assegurar que as políticas sejam concebidas com ética, observando as necessidades de sobrevivência do indivíduo, contemplando as questões sociais, a realidade local, os padrões de educação, cultura e saúde, as questões ambientais e econômicas, facilitando a agregação de valor aos produtos e a distribuição dos benefícios gerados ao longo de toda a cadeia produtiva.

7. Desenvolver uma linguagem acessível e clareza das proposições da política nacional de modo que os PCTAF se apropriem delas

- Assegurar linguagem clara e acessível, com regras claras e não burocráticas, com conceitos centrais entendidos e aceitos.
- Formular políticas que propiciem o seu acesso às comunidades de PCTAF.

8. Desenvolver políticas que integrem os diferentes setores do governo e da sociedade

- Ter coerência entre as políticas do governo, evitando linhas contraditórias promovendo a complementaridade, interinstitucionalidade e a integração dos diversos órgãos governamentais.

9. Orientar as comunidades para a autogestão dos diferentes processos e recursos

- Estimular a autogestão dos recursos pelos PCTAF e suas associações.
- Assegurar conhecimento à comunidade para que esta esteja preparada para manejar os recursos naturais de maneira adequada.
- Valorar a biodiversidade na perspectiva de pagamento por serviços ambientais.

10. Desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar e fundamentar a formulação das políticas, com a participação efetiva dos PCTAF

- Evitar a homogeneização dos processos cooperativos e produtivos, para não perder as singularidades existentes e a diversidade de produtos e de serviços.
- Desenvolver oportunidades para que as regiões possam discutir as bases da política pública para produtos da sociobiodiversidade.

11. Desenvolver políticas que visem a constituição de mercados justos e solidários para os produtos da sociobiodiversidade

- Incorporar as dimensões da sustentabilidade ambiental, comércio justo e solidário, eqüidade social, desenvolvimento local, garantia de origem dos produtos e produção agroecológica.
- Dar prioridade ao mercado interno e às compras governamentais, buscando a agregação de valor aos produtos por meio da criação de cestas de produtos.

12. Integrar as diferentes políticas de governo existentes, nas esferas nacional, estadual e municipal

- Desenvolver uma visão holística das cadeias produtivas, que possibilite a sua acessibilidade e continuidade, estimulando o associativismo e o cooperativismo.

13. Criar centro de informações relativas às diferentes políticas existentes, nos seus diferentes níveis

- Disponibilizar informações, de forma centralizada, sobre os diferentes elos da cadeia.

PROPOSTAS PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Universalizar e democratizar o acesso à assistência técnica e extensão rural

- Garantir, como política pública, a universalização da assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, fortalecendo, promovendo e facilitando o acesso dos PCTAF à nova política de Ater.
- Priorizar as ações da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) para PCTAF de baixa renda.
- Criar e fomentar programas específicos de ATER, que promovam a agroecologia, a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental para as cadeias de produção da sociobiodiversidade dos sistemas pesqueiro, aquícola e agroflorestal (silvicultura, manejo florestal e sistemas agroecológicos) em todos os estados da federação.
- Ampliar os prazos de execução dos convênios de ATER, considerando que é um trabalho educativo e contínuo, e garantir a continuidade dos projetos, a partir de avaliações periódicas dos resultados alcançados.

2. Orientar e ampliar a disponibilidade de técnicos para a ATER voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Melhorar a relação quantidade de técnicos / número de famílias assistidas de acordo com as especificidades de cada região, ampliando o número de técnicos capacitados para trabalharem com produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e extensão florestal.
- Tornar as equipes de ATER/ATES multidisciplinares e interinstitucionais, contratando, capacitando e reciclando extensionistas para atuar junto à cadeia produtiva da sociobiodiversidade, para que haja uma maior eficiência na agregação de valores e que possam acompanhar as comunidades nas diferentes fases de produção, beneficiamento, comercialização, etc.
- Orientar para que a ATER seja contratada por meio de editais públicos, elaborados de forma participativa, com critérios específicos que valorizem as empresas que tenham algum histórico de comprometimento com os PCTAF (indígenas, quilombolas, ciganos, povos tradicionais, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, outros).
- Assegurar para que sejam disponibilizados recursos para que a própria comunidade contrate os técnicos, com o auxílio de entidades representativas dos trabalhadores.

3. Assegurar perfil adequado para os profissionais que irão atuar na ATER junto às cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Observar que os técnicos tenham uma maior aproximação e envolvimento com os PCTAF, sendo de preferência um comunitário, valorizando o conhecimento tradicional e a sua integração com o científico, valorizando os modos tradicionais de produção, fortalecendo as trocas solidárias, o auto-consumo e redes locais/microrregionais de abastecimento para os produtos da sociobiodiversidade.
- Assegurar que os técnicos conheçam a realidade da comunidade, respeitem os seus anseios e estejam a serviço da mesma. Além de entenderem o modo de produção já existente no local e orientarem o processo educacional de mudança de alguns hábitos tradicionais/culturais nas cadeias produtivas.

4. Capacitar equipe técnica (ATER) para tratar as questões relativas à sociobiodiversidade

- Diagnosticar e repensar a formação técnica, resgatando, valorizando e sistematizando o saber/saber-fazer popular, envolvendo a temática da sociobiodiversidade e da agroecologia bem como o processo de mudança de conduta da ATER.
- Ampliar o papel da universidade na capacitação e atualização profissional dos agentes de ATER com base em princípios da sociobiodiversidade, abordando disciplinas de adequação ambiental, agroecologia e agricultura sustentável, além dos elementos que respaldam a ação nos municípios.
- Formar técnicos de ATER para que tenham uma visão ampla para compreenderem os aspectos sociais, culturais, ecológicos e políticos envolvidos nos processos produtivos dos PCTAF e possam incluir os modos de organização das comunidades e a legislação pertinente nos planos de assistência.
- Capacitar os técnicos para elaborarem projetos participativos, envolvendo os PCTAF, que permitam acessar recursos destinados às

comunidades e para atender as demandas referentes aos projetos agroflorestais com plantas nativas e nos temas relacionados às especificidades da biodiversidade.

- Desenvolver programas de capacitação de técnicos sobre organização comunitária e gestão de empreendimentos.
- Universalizar o projeto “Cultivando Saberes”, do Governo Federal, para/na formação dos agentes de ATER.

5. Implementar mecanismos de acompanhamento e controle das empresas de ATER em relação ao cumprimento de seus contratos

- Orientar para que os técnicos acompanhem os projetos até cumprir todo o plano de trabalho, com responsabilidade solidária, sendo que nas comunidades de PCTAF e assentamentos, os técnicos devem fazer o acompanhamento por, no mínimo, três anos.
- Incluir nos contratos de ATER o controle social das comunidades assistidas.
- Determinar que a empresas públicas de ATER orientem suas ações preferencialmente para o PRONAF em que não é cobrada a porcentagem para assistência técnica.

6. Ampliar os Investimentos em ATER voltados a sociobiodiversidade

- Reestruturar e melhorar as condições técnicas, estruturais e operacionais dos órgãos oficiais de ATER e de valorização dos profissionais.
- Ampliar investimentos para infra-estrutura e instrumentalização da Assistência Técnica para o trabalho com a sociobiodiversidade, regularizando e ampliando os recursos financeiros para a ATER.
- Definir orçamento federal, estadual e municipal para viabilizar a assistência técnica e extensão rural nos municípios, com prioridade para a sociobiodiversidade, garantindo a neutralização das influências políticas através de gestão compartilhada.
- Promover o debate sobre o papel, atuação e orientação dos convênios de ATER.

7. Capacitar e remunerar agricultores familiares para atuarem como animadores rurais

- Fomentar/criar mecanismos para que a assistência técnica possa ser feita de produtor para produtor/“sabedores tradicionais”, que valorize e respeite os conhecimentos populares.
- Identificar e valorizar os talentos e conhecimentos tradicionais locais, com habilidades específicas para o exercício da extensão rural e valorização dos seus serviços no apoio às atividades de extensão rural.
- Capacitar animadores/multiplicadores nas comunidades (de forma continuada) em gestão e boas práticas de produção e fabricação/beneficiamento, gestão/administração das propriedades, de modo a prepará-las para serem unidades demonstrativas para os demais produtores.
- Promover a integração do saber local e do conhecimento técnico-científico pela ATER/ATES, identificando potencialidades e incentivando as tecnologias sociais.

- Remunerar os multiplicadores pelo seu trabalho de difusão dos conhecimentos.
- Fortalecer as organizações sociais para executarem os projetos de ATER visando a democratização da assistência técnica, criando mecanismos de avaliação e controle social do serviço de ATER.
- Contextualizar o semi-árido na educação básica, com capacitação dos professores, reconhecendo a rede de educação do semi-árido brasileiro (RESAB) como articuladora das políticas públicas de educação para o Bioma Caatinga.

8. Desenvolver processos participativos para o planejamento, formulação e desenvolvimento de programas de ATER voltados à sociobiodiversidade

- Promover a articulação dos diferentes órgãos (ATER, meio ambiente, crédito, pesquisa, outros) que trabalham com os PCTAF no planejamento e na implementação de suas ações.
- Garantir a efetiva participação dos PCTAF, experimentadores, multiplicadores e de equipe técnica multidisciplinar, de forma organizada, nos processos de planejamento.
- Consultar as bases no processo de avaliação, análise e na formulação de políticas públicas e nos processos de planejamento de projetos de ATER para implantação de políticas voltadas para os produtos da sociobiodiversidade, promovendo a interação interna e externa entre as instituições que atuam em políticas para sociobiodiversidade.
- Assegurar que as unidades territoriais sejam definidas pela população local para poderem orientar as ações articuladas do governo.

9. Desenvolver processos de intercâmbio de experiências e de comunicação entre PCTAF / técnicos e pesquisadores

- Melhorar a comunicação e a troca de informações entre os extensionistas e os PCTAF, utilizando os diferentes meios existentes. Exemplo: rádio comunitária, intercâmbios de experiências.
- Identificar, incentivar e divulgar experiências bem sucedidas dos PCTAF, promovendo o seu intercâmbio.
- Fomentar periodicamente encontros de PCTAF de diferentes comunidades e agentes de ATER para despertar o cultivo, criação e manejo de produtos da sociobiodiversidade.
- Apresentar alternativas e estudos de problemas já existentes nos processos produtivos dos produtos da biodiversidade.

10. Orientar o papel dos técnicos priorizando as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade e os PCTAF

- Sensibilizar os extensionistas para identificar, diagnosticar e estruturar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, realizando diagnósticos de viabilidade econômica, mapeando potenciais das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, formulando projetos e identificando novas oportunidades para os produtos da sociobiodiversidade.
- Monitorar a produção, sua regularidade, preço, qualidade e quantidade por meio de um sistema integrado de informação para os produtos da sociobiodiversidade.

- Estudar e apontar quais são as vias prioritárias de escoamento da produção para planejar a produção de acordo com a realidade de cada localidade e promover o contato das comunidades produtoras com o mercado.
- Buscar alternativas para otimizar o uso de infra-estrutura e logística para a produção, escoamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, especialmente em localidades de difícil acesso.
- Desenvolver campanhas educativas contra o uso do fogo na agricultura, capacitando jovens nas comunidades do Bioma Caatinga e incentivar a criação de brigadas voluntárias de combate a incêndios.

11. Desenvolver mecanismos e processos para a avaliação de conformidade dos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Envolver os técnicos na avaliação da conformidade dos processos produtivos das cadeias da sociobiodiversidade por meio da implementação de sistemas participativos de garantia para reconhecer e checar a área sanitária, ambiental e fiscal, adequado aos fluxos e perfis da produção, manejo, agroindustrialização da sociobiodiversidade.
- Garantir a aplicabilidade do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal e adesão ao SUASA para regulamentação específica da agroindústria em arranjos da sociobiodiversidade, a partir do Decreto Presidencial de 30.03.2006, nº 5741 que institui o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária.
- Investir na difusão de tecnologias e boas práticas relacionadas ao processamento, embalagem e otimização do produto para agregar valor a ele.

12. Consolidar e difundir a experiência com as casas rurais

- Fortalecer e ampliar as experiências das Casas Familiares Rurais e Escolas-Família Agrícolas assim como a pedagogia da alternância como forma de potencializar as cadeias da sociobiodiversidade com a permanência de PCTAF e a sua integração nas comunidades.

13. Desenvolver e distribuir material de apoio/informações sobre os produtos da sociobiodiversidade

- Criar, manter e disponibilizar banco de dados unificado dos estudos de caso da sociobiodiversidade.
- Produzir e disponibilizar material didático por equipes multidisciplinares e PCTAF para ações de ATER, observando as particularidades do conhecimento das comunidades.
- Desenvolver instrumentos (manuais, cartilhas, etc.) de suporte para que a assistência técnica e monitores locais possam atuar de forma adequada.
- Estudar a distribuição geográfica de cada produto da sociobiodiversidade com informações técnicas de produção, beneficiamento, mercado e marco regulatório, integrado com o saber tradicional de cada um, referente aos cuidados pertinentes a eles.
- Resgatar as receitas antigas ligadas à sociobiodiversidade e à conexão com os atuais chefes de cozinha.

14. Apoiar a abertura de novos mercados para os produtos da sociobiodiversidade

- Priorizar na produção de alimentos que promovam a segurança e a soberania alimentar dos PCTAF.
- Apoiar a abertura de mercados institucionais, tais como SUS e PAA, para fornecimentos de produtos da sociobiodiversidade, sob a ótica da agroecologia e extrativismo sustentável, considerando o seu alto valor nutricional e funcional/terapêutico.
- Propiciar a inserção de designers e outros profissionais identificados com a questão da sustentabilidade para atuar junto aos grupos de PCTAFs, desde os processos de produção até a comercialização.
- Articular a Política Nacional de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade com a Política de Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFs/MDA).

15. Fomentar e apoiar as organizações locais dos PCTAF

- Prestar assessoria às organizações locais com repasse das informações sobre as leis e normas de funcionamento de agroindústria e de comercialização e o acompanhamento no processo de legalização destas organizações ou empreendimentos.
- Capacitar os diversos agentes da cadeia produtiva para o associativismo, respeitando as características socioculturais dos PCTAFs, estimulando a criação de conselhos e associações comunitárias e de cooperativas locais.

16. Integrar a ATER, pesquisa e os PCTAF e seus saberes tradicionais

- Aproximar as universidades e as instituições de pesquisa das organizações dos PCTAF e demais organizações sociais populares (campo e floresta) visando melhorar a ligação/integração entre pesquisa, extensão e atividade produtiva socioambiental.
- Estimular a integração entre extensão, pesquisa universitária e estágios de vivência entre estudantes, PCTAFs e artesãos.

17. Promover a integração institucional e de suas ações voltadas às cadeias da sociobiodiversidade

- Melhorar, fortalecer e harmonizar a articulação entre as três esferas políticas respeitando as especificidades regionais como unidades de gestão e planejamento territorial: bacias hidrográficas, corredores ecológicos e agroecológicos, mosaico de unidades de conservação e outros.
- Estimular a criação de parcerias entre os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para a implementação das políticas de ATER/ATES.
- Criar ouvidorias e auditorias para acompanhar as instituições públicas e privadas de ATER, na aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento das ações de ATER.
- Articular a integração da política de extensão do MDA com as políticas de educação do MEC, levando em consideração as diferenças regionais e culturais.

18. Associar permanentemente a formação técnica à formação política dos PCTAF, no sentido de melhor compreender a realidade em que atuam

- Dar suporte / informação para as comunidades terem condições de fazer acompanhamento das políticas e dos técnicos, por meio de cursos de capacitação.
- Criar programas de formação técnica ampla, superior e especial (organizativa, administrativa, contábil, jurídica, compreensão/análise de mercado, gestão ambiental, agroecologia, outras), direcionadas aos PCTAF, realizadas nos territórios das diferentes comunidades (pedagogia da alternância) e com disponibilização de bolsas de estudo.

PROPOSTAS PARA CRÉDITO E FOMENTO

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Desenvolver novas linhas de crédito abertas aos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Garantir a implementação de programas específicos de crédito que atendam às características regionais para os produtos das cadeias da sociobiodiversidade, aumentando e adequando a carência dos financiamentos de acordo com o tempo de produção (sazonalidade).
- Criar linhas abertas de crédito com possibilidade de trabalhar a sociobiodiversidade nas modalidades já existentes e que garantam a sustentabilidade dos recursos.
- Criar linhas de crédito para a construção de cozinhas comunitárias com o aparato para as boas práticas, promoção comercial, divulgação, agregação de valor e marketing direto, aquisição de produtos, financiamento de estocagem, subvenção e capacitação.
- Ampliar o acesso ao PRONAF Floresta, descentralizar os recursos e incorporar os parâmetros de viabilidade econômica e zoneamento climático, nos moldes do PRONAF A e estender o rebate para o Pronaf Agroecologia estimulando a criação de novas áreas agroecológicas.
- Rever / inserir no atual PPA (Plano Plurianual) programas e ações específicas para o financiamento das diversas etapas das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

2. Desenvolver linhas de financiamento para pesquisas com produtos da sociobiodiversidade

- Incentivar e financiar pesquisas participativas, formação e validação participativa sobre o conhecimento, manejo, e comercialização dos produtos e serviços da sociobiodiversidade.
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisa (tecnologia/informação) para produtos da sociobiodiversidade, gerando informações/coeficientes técnicos que possam subsidiar o sistema financeiro para concessão de crédito.

3. Estimular o crédito associativo e solidário

- Criar formas de financiamento, de maneira cooperativa, para estabelecimento de sistemas e arranjos produtivos locais com fundamento na sociobiodiversidade (estratégias territoriais).
- Fortalecer o cooperativismo para a busca de crédito e assegurar o custeio para o fomento das atividades de articulação.

4. Desenvolver mecanismos de fomento para as atividades sustentáveis

- Disponibilizar linhas de fomento para elaboração de planos de manejo de uso múltiplo de produtos da sociobiodiversidade para Unidades de Conservação de Uso Sustentável e outros territórios ocupados por PCTAF e para a recuperação e recomposição das áreas degradadas com espécies nativas.
- Incluir na proposta de crédito o valor dos custos relativos aos estudos e registros visando à adequação / regularização ambiental da propriedade, com destaque para a averbação de reserva legal.
- Fomentar / financiar a produção de sementes e mudas de espécies nativas local/regional, criando mecanismos para a capacitação dos PCTAF para se tornarem produtores de mudas de espécies nativas.
- Acompanhar a revisão da Regulamentação de Legislação de sementes de mudas e da coleta de sementes em unidades de conservação.
- Revisar a política dos agentes financiadores, principalmente os governamentais (Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Banco do Brasil) de forma a eliminar o apoio a projetos que causem o desmatamento e a queimada da caatinga e outras práticas predatórias.

5. Desenvolver programas de fomento para os produtos e serviços das cadeias da sociobiodiversidade

- Fomentar a diversificação da produção, priorizando espécies nativas e sementes crioulas, apoiando redes locais de intercâmbio e bancos vivos de sementes, incentivando o apoio de instituições públicas de pesquisa, preservando a autonomia dos PCTAFs.
- Desenvolver programas de fomento às diferentes etapas da Cadeia Produtiva (Mercado, Agregação de Valor, Produção, Beneficiamento, Pesquisa e outros) vinculados a uma política de apoio à produção e comercialização baseada em sustentação de preço e geração de renda para produtos da sociobiodiversidade.
- Incentivar a estruturação de espaços e dinâmicas alternativas de comercialização a partir das linhas de economia solidária, aproximando PCTAFs e consumidores, desenvolvendo programas de comunicação, divulgação e marketing para os produtos da sociobiodiversidade.
- Criar linhas de fomento voltadas para experiências de certificação socioparticipativas / sistemas participativos de garantia e para realizar estudos de potencialidades e viabilidade econômica dos produtos da sociobiodiversidade, com acompanhamento técnico, que apóie processos de certificação e legalização dos produtos.
- Incluir os produtos da sociobiodiversidade no programa de garantia de preços da agricultura familiar.

6. Reduzir a burocracia/exigências aos PCTAF na concessão de créditos, assegurando tratamento diferenciado em relação ao crédito tradicional

- Viabilizar um fundo de fomento de acesso simplificado e ágil que conte cole todas as etapas das cadeias de produtos da sociobiodiversidade incluindo organização social e produtiva; pesquisa, desenvolvimento e inovação; elaboração de planos de manejo; planos de negócio; estudo de mercado; etc.
- Simplificar as normas, exigências e procedimentos dos agentes financeiros para agilidade e efetividade do processo de liberação de recursos de crédito e fomento (por exemplo: excesso de documentos e garantias, exigências de contrapartida, etc.).
- Adequar as linhas de crédito e fomento às diferentes realidades de beneficiários; regularização fundiária, inclusive as que estão em processo de regularização; unidades de conservação e reservas extrativistas e agroextrativistas, que atualmente não se enquadram nas linhas de crédito, inclusive com o entendimento e aceitação do conceito amplo de “família” de forma a incluir mulheres, jovens e solteiros, para ampliar o acesso ao crédito.
- Criar linha de crédito sistêmico, envolvendo a propriedade como um todo, sem caráter safrista, simplificado e subsidiado para financiar o conjunto da unidade familiar de produção, visando à sua diversificação por meio de manejo agroecológico que permita a inclusão de todos os elementos da sociobiodiversidade.
- Revisar participativamente as normas e os programas de financiamento e fomento disponíveis, promovendo a sua integração de forma sistemática, para adequá-los às especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

7. Rever os sistemas de garantia exigidos aos PCTAF

- Criar estratégias junto aos agentes financeiros para superação dos entraves operacionais das linhas de crédito para que as aptidões e demandas do produtor sejam garantidas e respeitadas e que permitam financiamento direto ao produtor, com práticas mais acessíveis, nos moldes do crédito ao consumidor tradicional.
- Adotar múltiplos indicadores (IDH, etc.) como base para o acesso aos recursos, adequando as legislações ambiental, sanitária e tributária exigidas para o uso dos produtos e serviços da sociobiodiversidade, além da comprovação da viabilidade econômica.
- Facilitar o acesso aos créditos e a disponibilidade de assessoria técnica participativa e diferenciada para produtos e serviços da sociobiodiversidade, sem aval cruzado, avalista, documento de propriedade da terra, projeto agropecuário e da prestação de contas dos projetos governamentais e renegociação das dívidas atuais e da diminuição das exigências e adequação de garantias reais para os PCTAF, com a criação de um fundo de aval.
- Criar mecanismos de controle social para o uso e manejo da sociobiodiversidade por sistemas participativos de garantia (exemplo: garantia ambiental, sanitária, ecológica, dentre outras) em substituição aos sistemas convencionais.
- Rever os critérios de inadimplência, voltando-os ao indivíduo e não à parcela / família, possibilitando que a mesma não seja prejudicada no desenvolvimento da sua atividade.

8. Desenvolver mecanismos que assegurem recursos para os PCTAF

- Destinar uma porcentagem dos recursos dos Fundos Constitucionais, com condições especiais de acesso, e direcioná-los aos produtos da sociobiodiversidade.
- Implementar o ICMS ecológico com recursos específicos para atividades da sociobiodiversidade.
- Criar e ampliar os fundos para projetos inovadores para o desenvolvimento da agroecologia e manejo da sociobiodiversidade.
- Reverter para a recuperação ambiental das áreas dos PCTAF as penalidades imputadas à grande produção (indústria e agropecuária), oriundas de danos ambientais.

9. Qualificar os agentes financeiros para trabalharem com os produtos da sociobiodiversidade

- Sensibilizar os agentes financeiros para a importância estratégica dos produtos da sociobiodiversidade e a sua inclusão nos processos participativos de discussão e elaboração de políticas públicas para o financiamento das cadeias da sociobiodiversidade e a sua capacitação para o entendimento da lógica e realidade dos PCTAF.
- Fortalecer a assistência técnica e as instituições não-governamentais para serem o canal de comunicação com os agentes financeiros na elaboração, implementação e acompanhamento de projetos da cadeia da sociobiodiversidade.
- Orientar os agentes financeiros para o uso de parâmetros / coeficientes técnicos de produção para as cadeias / produtos da sociobiodiversidade respeitando as características de cada região, incluindo os sistemas agroflorestais, adequando as políticas dos agentes financiadores estatais e privados às especificidades e necessidades dos produtos da sociobiodiversidade.
- Articular a realização de estudos e pesquisas para a definição de parâmetros técnicos e indicadores econômicos para os produtos dos PCTAF, voltados às instituições financeiras.

10. Criar mecanismos de atendimento diferenciado para os PCTAF

- Criar agências bancárias / postos de atendimentos / balcões específicos para atender os PCTAF.
- Criar o Banco do Povo com linha de crédito específica para os produtos da sociobiodiversidade.

11. Disponibilizar capacitação para os PCTAF para poderem gerir seus créditos e investimentos

- Disponibilizar capacitação e formação para os PCTAF envolvendo os temas de gestão da produção, estudo de mercado, plano de negócios, gestão dos recursos financeiros e outros.
- Capacitar as lideranças comunitárias para a elaboração e gestão de projetos.

12. Monitorar os resultados dos projetos implantados

- Construir uma política de renegociação das dívidas dos PCTAF, condicionada a avaliação das causas e que o pagamento do débito efetivo seja feito pela adoção de práticas sócio-educacionais, sócio-ambientais e agroecológicas.

13. Desenvolver mecanismos de seguro agrícola para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Criar seguro para iniciativas com sistemas de produção agrobiodiverso, vinculado à assessoria técnica participativa, para os PCTAFs que utilizam recursos próprios e para operações de investimentos em pequenas unidades de beneficiamento, similar ao que ocorre com custeio.
- Fomentar a obtenção de parâmetros técnicos que subsidiem a implementação do seguro agrícola para os produtos da sociobiodiversidade.

14. Desenvolver estratégia de comunicação e difusão das informações referentes ao crédito e fomento

- Desenvolver estratégia de comunicação e difusão de informações sobre os programas de financiamento / linhas de crédito atuais voltadas aos produtos das cadeias da sociobiodiversidade disponíveis, construindo formas alternativas de informação, em linguagem popular adequada a identidade do público, que alcancem as bases, por meio das instituições governamentais e não-governamentais (Exemplos: cartilhas em linguagem apropriada, vídeos, formação de multiplicadores, programas de rádio, etc.).
- Criar uma rede de informação sobre as possibilidades de crédito e fomento existentes e para a centralização de dados relacionados aos Produtos da Sociobiodiversidade.

15. Promover a integração interinstitucional dos agentes de fomento e financiamento

- Fortalecer a articulação das políticas de financiamento com as políticas públicas estruturantes que incidam nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
- Buscar a associação/trabalho conjunto entre entidades que trabalhem na agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade.

PROPOSTAS PARA A PESQUISA E TECNOLOGIA

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Assegurar que os PCTAF sejam os sujeitos das diferentes pesquisas e não objeto dos pesquisadores

- Orientar para que as propostas de pesquisas sejam iniciadas junto às comunidades (comunidades-universidades), utilizando metodologias como a pesquisa participativa e a pesquisa-ação, em que os PCTAF sejam os atores do processo e não somente objetos de pesquisa.

Assegurar que a pesquisa considere os saberes tradicionais e experiências dos PCTAF, entendendo-os como protagonistas das pesquisas, para que seus valores, saberes e conhecimento não sejam substituídos por tecnologias, mas que ocorra uma integração entre ambos.

- Direcionar a pesquisa com produtos e serviços da sociobiodiversidade para que possam gerar tecnologia apropriada para as comunidades de PCTAF e não somente para grandes empresas.
- Integrar pesquisa, extensão, assistência técnica e PCTAF em atendimento às reais necessidades das comunidades e mercado consumidor.

2. Assegurar a restituição dos resultados das pesquisas desenvolvidas para os PCTAF

- Estabelecer formas claras de retorno sobre os conteúdos e benefícios da pesquisa às comunidades de PCTAF envolvidas, desenvolvendo um sistema de informação de livre acesso que disponibilize dados sobre produção, resultados de pesquisas, experiências realizadas, certificação, capacitação, tecnologia e fomento, viabilizando o acesso às pesquisas já existentes.
- Fortalecer o Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação para que se estabeleça o vínculo entre as comunidades e as instituições de pesquisa.

3. Desenvolver tecnologias que sejam viáveis e fáceis de serem utilizadas pelos PCTAF

- Orientar para que as tecnologias a serem desenvolvidas sejam de positivo impacto socioambiental, baixo impacto negativo e de custos reduzidos, orientando para que sejam duráveis, de simples manutenção, com poucos problemas, peças acessíveis no caso de maquinário e de fácil compreensão e utilização pelas comunidades de PCTAF.
- Viabilizar às comunidades tradicionais o acesso às tecnologias de energia alternativa, especialmente eletricidade.
- Desenvolver pesquisa para a criação de equipamentos / tecnologias com soluções simples para os produtos das cadeias da sociobiodiversidade – despolpadeiras, descascador de castanhas, etc.

4. Publicar editais de pesquisa voltados às cadeias, produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Fortalecer linhas de pesquisa sistêmicas baseadas na pesquisa-ação voltadas aos produtos e serviços da sociobiodiversidade, valorizando tanto a pesquisa aplicada quanto a básica, construídas e implementadas de forma participativa, garantindo o reconhecimento e a valorização do saber local popular na geração de conhecimento.
- Garantir que as Instituições de fomento à pesquisa criem editais para pesquisa, voltada ao aprimoramento dos processos, produtos e serviços da sociobiodiversidade, respeitando as características das comunidades associadas, prevendo a disseminação e a aplicabilidade de seus resultados.
- Publicar editais que priorizem a articulação entre instituições e a multidisciplinaridade, buscando construir cadeias de conhecimento associadas às demandas das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

5. Desenvolver estudos e assegurar espaços para pesquisas voltadas a preservação da biodiversidade

- Criar unidades de conservação de proteção integral nas “áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável, repartição e benefícios da biodiversidade”, visando o desenvolvimento de pesquisa e conservação da biodiversidade.
- Desenvolver pesquisas em agroecologia, sustentabilidade e o manejo sustentável da agrobiodiversidade e biodiversidade, considerando a existência de grande diversidade de nativas e de exóticas adaptadas ao Bioma Caatinga, com a participação efetiva dos PCTAF, refletindo seus interesses e necessidades.
- Criar unidades de referência e de experimentação em manejo, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade.
- Promover pesquisas e estudos de longa duração e monitoramento dos parâmetros sobre os serviços ambientais gerados pelos produtos e serviços da sociobiodiversidade.
- Promover a pesquisa e a difusão de conhecimento e tecnologia para aproveitamento sustentável dos recursos marinhos, estimulando o desenvolvimento de pesquisas que subsidiem práticas mais responsáveis de pesca.

6. Desenvolver diferentes linhas de pesquisa voltadas ao beneficiamento dos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Desenvolver estudos para a conformação de uma política industrial para os produtos da sociobiodiversidade focados nas indústrias comunitárias.
- Incentivar pesquisas para o desenvolvimento de Protocolos de Produção/ boas práticas para o processamento de produtos da sociobiodiversidade.
- Fomentar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao beneficiamento para produtos diferenciados e tipologias de marcas que tenham apelo mercadológico, com estratégias de produção e comercialização ao longo do ano e não apenas nas safras.
- Fomentar pesquisas no sentido de subsidiar mecanismos de avaliação de conformidade (sistema participativo de garantia – SPG e certificação) dos produtos da sociobiodiversidade.
- Promover a pesquisa e extensão na diversificação do aproveitamento de alimentos e outros produtos da sociobiodiversidade, com vistas à melhoria da renda, qualidade alimentar e de vida dos PCTAF.
- Estimular a pesquisa para o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias adaptados à produção de pequena escala com prioridade para o uso de energia limpa e com melhoria de eficiência energética.
- Promover pesquisa e tecnologias em aproveitamento de subprodutos e no desenvolvimento de embalagens reaproveitáveis e biodegradáveis, com base em insumos ecológicos.
- Desenvolver pesquisas com vistas a dar subsídios técnicos e científicos para revisar e adequar à legislação sanitária as características das condições de produção da sociobiodiversidade, permitindo o desenvolvimento de alternativas para a manutenção da qualidade necessária ao consumo.
- Pesquisar o valor nutricional, medicinal e outras propriedades dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade.

7. Desenvolver diferentes linhas de pesquisa voltadas ao mercado dos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Elaborar estudos de mercado que permitam o planejamento para a oferta dos produtos da sociobiodiversidade, de modo que esses estudos observem as tendências atuais, as exigências do mercado consumidor quanto às tecnologias utilizadas e o processamento dos produtos e suas exigências para garantia de conformidade, buscando alternativas para manutenção da agregação de valor e preços, bem como a adequação de nichos de mercado.
- Realizar pesquisas que desenvolvam instrumentos de gestão da comercialização diferenciada dos produtos e serviços da sociobiodiversidade, de forma a vencer as diferentes barreiras apresentadas (legais, financeiras, técnicas, fiscais, tributárias, etc.).

8. Pesquisar, organizar e catalogar os conhecimentos e saberes populares relativos às cadeias da sociobiodiversidade

- Reconhecer, valorizar e proteger os conhecimentos e saberes locais e o desenvolvimento de mecanismos para a proteção do conhecimento popular das comunidades.
- Realizar o mapeamento das comunidades e instituições envolvidas com as boas práticas da sociobiodiversidade e o seu reconhecimento, partindo do conhecimento tradicional e das inovações tecnológicas existentes.
- Estudar os processos de geração, valorização e registro do saber dentro das comunidades de PCTAF, da tecnologia adaptada existente e na sua melhoria, valorizando as tecnologias e conhecimentos com respeito aos costumes locais de produção e beneficiamento.
- Fomentar parcerias entre instituições de pesquisa públicas, privadas, comunidades e a extensão rural e a assistência técnica para registrar os conhecimentos e difundir essas experiências e os resultados de pesquisa para que possam chegar, no menor tempo possível, aos PCTAF.

9. Estimular o desenvolvimento de pesquisas populares pelos PCTAF

- Estimular a formação de grupos de pesquisa técnico-científica participativa de PCTAF, para subsidiar o setor público nas mudanças de legislação referentes aos produtos da sociobiodiversidade.
- Facilitar o acesso e a integração do público interessado às instituições de pesquisa voltadas aos produtos da sociobiodiversidade, flexibilizando e desburocratizando o acesso aos projetos pelas comunidades.
- Disponibilizar bolsas de estudo para o desenvolvimento de linhas de pesquisa aplicada em sociobiodiversidade para o desenvolvimento de trabalhos com as comunidades tradicionais, com a participação de ONGs, Movimentos Sociais, representantes dos PCTAF, em espaços que possam garantir o aumento da pesquisa nos produtos da sociobiodiversidade.

10. Realizar diagnósticos e estudos sobre os conhecimentos já existentes nas cadeias, produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Financiar estudos sobre as comunidades, cadeias, empreendimentos, mercado e de viabilidade econômica para os seus produtos, levantando informações junto às comunidades, construindo banco de dados dos produtos e respectivos mercados consumidores.
- Desenvolver o mapeamento da produção, processos, práticas, saberes, mercado potencial e as fontes de financiamento existentes para os produtos da sociobiodiversidade.
- Sistematizar as pesquisas já realizadas e identificar as demandas existentes para as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade.
- Elaborar diagnóstico referente às experiências que já geraram jurisprudência na área de manejo agroflorestal, serviços ambientais, artesanato e plantas medicinais nos diferentes biomas.
- Elaborar diagnóstico com os indicadores de sustentabilidade existentes nos cultivos e manejos realizados pelos PCTAF's que trabalham com os produtos da sociobiodiversidade.
- Realizar levantamento das melhores práticas existentes sobre os processos, produtos e serviços da sociobiodiversidade desenvolvidos nos 10 países de maior biodiversidade do planeta.

11. Promover a capacitação de técnicos e dos PCTAF para o desenvolvimento de pesquisa aplicada

- Viabilizar e capacitar as comunidades para o acesso à informática através de um programa governamental amplo de "inclusão digital", respeitando as demandas e diversidades destas.
- Criar linhas de pesquisa para jovens pesquisadores das comunidades para desenvolverem experimentos locais e colaborar nos processos de pesquisa científica e na geração de tecnologias aplicadas.
- Estimular os centros de pesquisa a ampliarem e disponibilizarem recursos para apoiar estudantes que possam desenvolver trabalhos junto às comunidades por meio de programas de bolsas de pesquisa voltadas aos produtos da sociobiodiversidade.
- Capacitar os técnicos envolvidos com pesquisa / extensão para atuarem participativamente com as PCTAF's em seus trabalhos de campo e identificar demandas de pesquisa para os produtos da sociobiodiversidade.
- Investir no desenvolvimento de processos de capacitação dos atores para o entendimento do ambiente externo à produção (financeiro, legal, tributário, etc.).
- Fortalecer e ampliar a ação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares - ITCPs através de fomentos à pesquisa e a programas de extensão universitária.

12. Desenvolver estudos para a construção de um selo social participativo

- Articular estudos para a criação de um selo / marca social única de certificação de origem dos produtos e de embalagens características da sociobiodiversidade em cada Bioma.

- Desenvolver métodos diferenciados de certificação mais acessíveis e adequados aos produtos da sociobiodiversidade, que agreguem valor aos produtos, com as especificidades e potencialidades de cada bioma.
- Desenvolver estratégias de proteção para que os produtos tradicionais não sejam descaracterizados por sua inserção na lógica de mercado, promovendo a construção da identidade como fator essencial para valorizar e comunicar o valor dos produtos da sociobiodiversidade.
- Estudar para desenvolver e fortalecer sistemas participativos de garantia como estratégia preferencial de avaliação da conformidade para os produtos e serviços da sociobiodiversidade.

13. Desenvolver estudos para o incentivo ao consumo dos produtos e serviços da sociobiodiversidade

- Construir uma política para divulgação e sensibilização da sociedade voltada ao consumo dos produtos da sociobiodiversidade, informando qual a identidade e benefícios que o consumo destes produtos traz para as comunidades produtoras envolvidas.
- Pesquisar formas de divulgar e motivar a comunidade para o consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade, de forma a orientar as diferentes cadeias produtivas.

14. Fomentar o desenvolvimento de pesquisas com as cadeias da sociobiodiversidade

- Superar a lógica linear do ensino e da pesquisa convencional em favor de um pensamento complexo, orientando-as para a inter e transdisciplinariedade, considerando o ecossistema e o território como um todo.
- Pautar pesquisa para os produtos e serviços da sociobiodiversidade nas agências de financiamento, promovendo a criação de um fundo de apoio à pesquisa e desenvolvimento, a exemplo dos fundos setoriais, para as cadeias da sociobiodiversidade, com recursos específicos para as pesquisas realizadas diretamente pelos PCTAF's e suas organizações.

15. Assegurar que os diferentes órgãos de governo façam uso das pesquisas para orientar a formulação de suas políticas

- Utilizar os dados e resultados das pesquisas já existentes para, a partir destes, implementar ações concretas de intervenção na realidade das comunidades pesquisadas, envolvendo políticas públicas, organizações dos agricultores, ONGs e etc.
- Identificar os gargalos das políticas públicas e organizar esforços de pesquisa que apontem soluções para esses pontos, desenvolvendo as cadeias de conhecimento das diversas alternativas de produtos da sociobiodiversidade e não somente das já consagradas.
- Associar o esforço de pesquisa e geração de políticas aos territórios associados à sociobiodiversidade (territórios da cidadania; áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; e áreas de concentração do bolsa-família, etc.), fomentando arranjos locais para geração de conhecimento, reforçando os vínculos entre os atores locais e a academia.

PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Fortalecer o desenvolvimento das organizações sociais e produtivas de PCTAF

- Identificar e orientar formas de organização mais adequadas em cada elo da cadeia, com a adaptação dos modelos organizacionais às especificidades de cada grupo de PCTAF.
- Mobilizar, incentivar e apoiar continuamente, inclusive com recursos financeiros, a organização de produtores em formas de associações/cooperativas e a gestão destas organizações sociais.
- Estimular o aproveitamento de formas sociais existentes para o trabalho em mutirões, difundindo experiência com trabalho coletivo.
- Envolver as organizações dos PCTAF no acompanhamento e continuidade dos projetos técnicos da sociobiodiversidade.
- Estimular a criação, o desenvolvimento e o fortalecimento das cooperativas de pré-beneficiamento, beneficiamento e de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.
- Vincular o crédito às ações das associações de PCTAF e à viabilidade dos projetos da cadeia dos produtos da sociobiodiversidade, evitando-se que o crédito não seja simplesmente ferramenta para atrair associados.
- Formar sistemas e arranjos produtivos locais, criando mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos e serviços da sociobiodiversidade, no nível local e regional.
- Criar mecanismos que facilitem a integração das organizações sociais rurais e urbanas afins, para que se fortaleçam as cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

2. Criar e implementar um programa de fortalecimento institucional/organizacional dos PCTAF

- Orientar para que as organizações de base sejam baseadas na cultura local, fortalecendo a organização existente, com enfoque no empoderamento dos seus atores, inclusive para as negociações e articulações dentro das cadeias produtivas e redes de produtos e serviços da sociobiodiversidade.
- Fortalecer as organizações e instituições que prestam assessoria e assistência técnica a todos os elos da cadeia, assegurando que esse processo respeite a cultura local e as relações de troca já existentes, envolvendo todos os atores nas negociações.
- Fortalecer o desenvolvimento dos conceitos de atuação em redes, estruturação de arranjos produtivos e organizacionais e incubadora de empreendimentos comunitários.
- Incentivar a criação de redes de comercialização solidária e de integração dos produtos da sociobiodiversidade, criando pólos específicos para o recebimento de produtos nativos extrativistas.

- Criar organizações associativas de comercialização, buscando melhorar os espaços e processos de comercialização dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade, reduzindo o número de intermediários, ampliando a rentabilidade dos produtores.

3. Incentivar ações que possibilitem a articulação institucional necessária para o desenvolvimento das cadeias

- Estimular os arranjos institucionais entre as redes, contemplando mecanismos de acesso e captação de recursos específicos, prevendo o desenvolvimento da oferta de uma cesta de produtos e serviços da região.
- Incentivar parcerias com instituições para darem suporte à elaboração de estudos de mercado e de planos de negócios, assim como o compartilhamento destes estudos com as demais comunidades de PCTAF.
- Criar feiras permanentes para a comercialização, buscando atender a diversidade de produtos e de produtores dos PCTAF, incentivando parcerias com empresas que possam demonstrar / oferecer os produtos da sociobiodiversidade.

4. Fortalecer a cultura associativa voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Garantir a efetiva implementação da educação do campo para crianças, jovens e adultos em todos os níveis, enquanto oferta de ensino público e gratuito governamental e não-governamental, reconhecendo os projetos políticos – pedagógicos organizados em alternância, itinerância e outras formas similares ou equivalentes.
- Trazer para a escola formal a cultura de organização cooperativa, coletiva, solidária e participativa, por meio do PPP para a educação do campo, realizando campanhas sobre sistemas e arranjos produtivos sustentáveis e solidários.
- Garantir a educação de crianças, jovens e adultos, voltada para a realidade local/regional e agroecológica, estimulando que as instalações físicas estejam localizadas no campo / espaço rural, formando educadores dentro das próprias comunidades.

5. Capacitar continuadamente as lideranças de PCTAF em desenvolvimento organizacional

- Desenvolver a formação e qualificação de técnicos e PCTAF em desenvolvimento organizacional participativo, voltados para as necessidades destes na temática de organização social e produtiva.
- Identificar e capacitar, de forma continuada, as lideranças, multiplicadores e as organizações sociais de forma mais abrangente, em educação para o associativismo e cooperativismo; gestão da organização, legislação, contabilidade, contratos, gerenciamento e mercados, como acessar crédito, gestão empresarial; elaborar e gerir projetos, planos de manejo, boas práticas de produção, informações econômicas (custo, viabilidade econômica, rentabilidade, planejamento estratégico), informática (manejo básico do computador, internet), focados na agregação de valor.
- Ampliar investimentos em capital humano: técnicas de sensibilização, mobilização, motivação, prática da cidadania, fortalecendo a cooperação e o compromisso da comunidade com a organização social e produtiva.

- Promover a formação de grupos de estudos visando a gestão de conflitos, com a participação dos gestores das organizações comunitárias, visando fortalecer o associativismo e o cooperativismo.
- Capacitar os membros das associações/cooperativas em aspectos gerenciais / administrativos, com vistas à formação para a autogestão, com base na politecnia, esclarecendo sobre seus direitos e deveres.

6. Capacitar continuadamente as lideranças de PCTAF em processos produtivos

- Desenvolver a capacitação dos PCTAF em processos produtivos voltados ao mercado, envolvendo a coleta, transporte, armazenamento e produção.
- Capacitar os atores das cadeias de produtos da sociobiodiversidade para a diversificação e agregação de valor aos produtos finais.
- Promover a capacitação dos PCTAF's e de suas organizações em autogestão: da propriedade, da produção, comercial, financeira, design (de produtos e de unidade familiar de produção), com sustentabilidade ambiental, social e econômica.
- Prestar assistência técnica de engenharia alimentícia para os PCTAF e para o uso de embalagens ecologicamente corretas, considerando a realidade e características dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade.

7. Capacitar continuadamente as lideranças de PCTAF em gestão de mercados

- Assegurar profissionais capacitados em gestão da comercialização, dentro das suas cooperativas.
- Promover o treinamento e capacitação das comunidades de PCTAF em técnicas, custos, controle de qualidade, embalagem e qualidade dos produtos da sociobiodiversidade.
- Elaborar e promover programas de capacitação, acompanhamento, atualizações, inovações e venda direta que transforme a qualidade dos produtos e serviços da sociobiodiversidade.
- Criar referenciais para os produtos da sociobiodiversidade, levando em consideração as características regionais e as de mercados, descrevendo o território da comunidade produtora.

8. Capacitar continuadamente as lideranças de PCTAF e técnicos para as questões de tecnologias

- Capacitar para a assimilação das necessidades tecnológicas visando a agregação de valor, incluindo os conteúdos de assistência técnica, agroextrativismo, agroecologia e formação de capital social organizativo no campo.
- Capacitar e atualizar a ATER para uma visão de cadeia produtiva e das relações humanas, para diagnosticar e identificar situações-chave e prover as competências, parcerias e os recursos necessários (humanos, financeiros) para a sua mitigação.
- Capacitar as comunidades de PCTAF em assuntos de propriedade industrial, acesso ao patrimônio genético, conhecimentos e saberes tradicionais e repartição de benefícios.
- Definir os padrões e métodos de controle de qualidade dos produtos da sociobiodiversidade segundo requisitos exigidos pelos mercados

e marcos legais e que preservem a suas características originais.

- Investir na capacitação pós-colheita para que pequenas ações agreguem valor.

9. Capacitar continuadamente as lideranças de PCTAF para a valorização da sua identidade cultural

- Capacitar as comunidades de PCTAF para agregar a dimensão cultural aos seus produtos e estabelecer níveis de produção que respeitem a sua identidade, agregando valor, personalizando os produtos de acordo com a comunidade de origem.
- Construir e/ou adequar centros de treinamento dentro dos territórios visando a formação, treinamento, capacitação, elaboração e gestão de projetos das comunidades envolvidas com o intuito de difundir e preservar os conhecimentos tradicionais e técnicos.
- Promover campanhas de valorização de produtos da sociobiodiversidade com conhecimentos tradicionais associados, construindo e ampliando sistemas participativos de garantia – SPG.

10. Criar mecanismos para troca de experiências e intercâmbio de tecnologias, informações e saberes populares

- Criar novos espaços ou utilizar e fortalecer espaços já existentes para o diálogo entre os setores público, privado, sociedade civil e organizações de base sobre a relação entre empresa e comunidade, com o objetivo de aprimorar as estratégias e orientações para aprofundar esta relação, garantir trocas mais justas, promover a autogestão e fortalecer as atividades sustentáveis locais.
- Criar condições para intercâmbios de experiências, visitas e reconhecimento de outras formas de produção e beneficiamento e a transferência dos conhecimentos tradicionais e técnicos diretamente entre PCTAF para a elaboração, gestão e repartição direta dos benefícios da produção, processamento e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.
- Fomentar a organização em rede e criar espaços de convivência, de interação, de educação voltados ao intercâmbio de experiência e de conhecimentos populares e tradicionais entre os PCTAF's e os consumidores.
- Criar banco de dados ou rede virtual que congregue as experiências agroecológicas e de manejo da sociobiodiversidade dos PCTAF, com livre acesso e que permita a alimentação do sistema.
- Criar, ampliar e divulgar uma rede de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da sociobiodiversidade com biblioteca virtual contendo as experiências/pesquisas existentes.
- Viabilizar a troca de experiências-intercâmbio entre os PCTAF nos aspectos produtivos, sociais, ambientais, organizacionais e mercadológicos.
- Articular e integrar Pesquisa, Extensão, Ensino com base nos produtos e serviços da sociobiodiversidade e as comunidades envolvidas, possibilitando a construção do conhecimento científico em parceria com o saber tradicional.

11. Criar sistema de assistência socioambiental aos PCTAF

- Criar mecanismos de assistência socioambiental permanente para as cooperativas e associações;
- Valorizar a extensão e a pesquisa participativa como forma de fortalecer os processos de organização social, intercâmbios, melhores práticas e iniciativas referenciais.

12. Criação de órgãos públicos formuladores de políticas para a sociobiodiversidade

- Criar a Secretaria Executiva das Comunidades Extrativistas nos níveis federal, estadual e municipal.
- Criar o Conselho Nacional da Sociobiodiversidade.
- Criar câmaras técnicas temáticas para os produtos da sociobiodiversidade.

13. Organizar espaços para a comercialização coletiva e solidária

- Criar centrais para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e a instalação de telecentros.
- Criar as condições que permitam às organizações comunitárias se organizarem e conhecerem as demandas e oportunidades de mercados atuais e futuro (estudos de prospecção de mercados, de viabilidade técnica e econômica, planos de negócios, planos de identidade visual e outros).
- Ampliar o acesso dos PCTAF aos consumidores por meio da venda direta (feiras), proporcionando melhoria na qualidade do produto com a colaboração do consumidor.
- Criar programas de divulgação (marketing positivo) para os produtos e serviços da sociobiodiversidade, apoiando sistemas de redes de comercialização.

14. Desenvolver mecanismos para inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais

- Inserir os produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais (alimentação escolar, forças armadas, hospitais e outros).
- Institucionalizar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como política pública permanente de Estado e ampliar significativamente os seus recursos para atender, também, outros produtos da sociobiodiversidade (não alimentares), incluindo a fauna silvestre, plantas medicinais e fitoterápicas oriundas de comunidades socioambientais.
- Reforçar políticas públicas para produtos da sociobiodiversidade para inserção no mercado local e regional através de feiras, eventos, promoção de produtos, indicação geográfica, marketing, mecanismos de avaliação da conformidade dos produtos da sociobiodiversidade, etc.

15. Prestar orientação aos PCTAF em serviços especializados

- Elaborar material didático, de forma participativa e com linguagem acessível, incluindo os conhecimentos tradicionais, populares e técnicos, em relação aos processos necessários para a adequação às exigências legais para a formalização dos empreendimentos, aspectos da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e serviços da sociobiodiversidade.
- Promover a implementação de serviços especializados de apoio e assistência para as organizações comunitárias e familiares para atender e / ou adequá-las às exigências legais.
- Disponibilizar serviços prestados por laboratórios públicos / comunitários territoriais, reconhecidos pelo MAPA/SUASA, para as análises laboratoriais necessárias, visando a adequação dos produtos da sociobiodiversidade às exigências legais.

PROPOSTAS PARA MARCO REGULATÓRIO

Os itens a seguir foram elaborados levando-se em conta os eixos temáticos para cada política e as respectivas propostas formuladas nos seminários.

1. Simplificar as exigências legais para os processos de produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade

- Simplificar as exigências burocráticas da legislação para a avaliação de conformidade dos produtos da sociobiodiversidade, assegurando, entre outros mecanismos, a comercialização dos produtos e derivados das cadeias da sociobiodiversidade dos PCTAF sem a exigência da constituição de uma pessoa jurídica e sem a cobrança de Cofins, ICMS e outros tributos, permitindo a livre circulação nacional, privilegiando o processo produtivo, e não o produto, para a normatização e avaliação da conformidade dos produtos.
- Assegurar que os órgãos ambientais, a agricultura, a Secretaria do Patrimônio da União, a Defesa Agropecuária e a Vigilância Sanitária integrem e tornem acessível as normas orientadoras relativas aos licenciamentos e autorizações necessárias, bem como orientem e acompanhem a implantação da unidade de produção.
- Estabelecer, dentro do marco legal, padrões mínimos para fabricação dos produtos da sociobiodiversidade, visando a melhora da qualidade dos mesmos. (exemplo: definir a quantidade de óleo de andiroba no sabonete).
- Adequar a regulamentação para coleta de sementes, produção de mudas, plantio, criação, manejo e comercialização de espécies nativas (vegetais e animais) para os Sistemas Agroflorestais – SAFs e agroecológicos.

2. Simplificar as exigências legais para a concessão de crédito e fomento aos PCTAF

- Eliminar as excessivas exigências para acesso aos recursos públicos por parte dos PCTAF e suas organizações no que diz respeito às cadeias dos produtos da sociobiodiversidade.
- Buscar mecanismos para desburocratizar a pré-qualificação para a implementação de programas e projetos específicos quando dos

processos de concorrência em editais públicos.

- Alterar a IN 01/97 da STN de modo a facilitar o repasse de recursos de custeio e investimento para organizações dos PCTAF para o atendimento de demandas associadas às cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
- Criar legislação específica que contemple o acesso ágil e direto a recursos públicos por parte dos PCTAF ligados às cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, fortalecendo as suas associações e cooperativas, com condições legais especiais no PRONAF comercialização.

3. Desenvolver legislação que possibilite a remuneração por serviços ambientais por parte dos PCTAF

- Estabelecer marco regulatório, com a inclusão de indicadores qualitativos, para a compensação e remuneração dos serviços sócio-ambientais prestados, como ação compensatória financeira, legal, técnica, etc., para as comunidades tradicionais visando a preservação e recuperação da sociobiodiversidade. Este pagamento também deverá ser incluído dentro dos programas de financiamento e fomento.
- Destinar percentual adicional de retorno de ICMS (socioambiental, verde, ecológico) para Municípios que adotarem normas voltadas para a produção sustentável.

4. Integrar as instituições e suas diferentes legislações relativas aos produtos da sociobiodiversidade

- Promover a articulação e integração institucional para a harmonização das ações das diversas organizações e instituições reguladoras e fiscalizadoras e entre todos os ministérios afins para integrar, unificar e simplificar procedimentos legais, ambientais e fiscais das questões relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade, com a realização de audiências públicas no estabelecimento de novos marcos regulatórios.
- Criar fórum federal e estadual de discussão e legislação para a gestão e proteção do Pantanal, com a participação efetiva dos diferentes atores envolvidos.

5. Ajustar a legislação de modo a facilitar o comércio de produtos da sociobiodiversidade por PCTAF

- Regulamentar as atividades da Economia Solidária e comércio justo em seus aspectos legais ambientais, tributários e sanitários.
- Ajustar as normas para rotulagem dos produtos da sociobiodiversidade, de forma que estas sejam transparentes quanto à identificação de sua origem e segurança do produto.
- Trabalhar a legislação tributária e fiscal para construir instrumentos que garantam a diferenciação característica dos produtos da sociobiodiversidade.
- Criar legislação específica, menos restritiva e burocrática, para o escoamento e comercialização dos produtos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

6. Desenvolver processos participativos para elaboração e revisão de marcos legais

- Ampliar o processo participativo na elaboração da legislação e intensificar as ações de educação para a cidadania incluindo os conhecimentos sobre as legislações.
- Estabelecer fórum específico para elaborar normas e regulamentos e propor ajustes na legislação florestal e para o reconhecimento dos processos participativos de avaliação da conformidade dos produtos da sociobiodiversidade, favorecendo a equivalência das normas.

7. Facilitar o processo de regularização fundiária envolvendo os PCTAF

- Realizar o ajuste regulatório, com a uniformização e compatibilização de procedimentos, por meio de um acordo entre diversas entidades responsáveis existentes, para que o processo de regularização fundiária seja o mais breve e simplificado possível.

8. Regulamentar a certificação social participativa para os produtos da sociobiodiversidade

- Desenvolver mecanismos legais que possam apoiar as iniciativas de certificação socioambiental participativa, a partir dos acordos comunitários, estabelecendo condições legais que facilitem a inclusão do registro de origem local e social dos produtos da sociobiodiversidade.
- Revisar a legislação em relação ao acesso aos conhecimentos tradicionais dos PCTAF, assegurando que os mesmos tenham facilidade em registrar seus produtos e conhecimentos em organismos competentes e a sua comercialização e repartição de benefícios decorrentes.

9. Desenvolver a qualificação dos técnicos e PCTAF em marcos legais relacionados

- Capacitar e qualificar os técnicos das instituições responsáveis pela regulamentação e controle para assessorar as instituições e os PCTAF sobre os marcos regulatórios e instrumentos legais existentes em cada elo da cadeia dos produtos da sociobiodiversidade.
- Capacitar os agentes dos órgãos reguladores sobre o marco legal existente para evitar apreensão desnecessária de produtos da sociobiodiversidade, desenvolvendo a capacidade técnica e jurídica do poder público para apoiar o cumprimento da legislação relacionada aos produtos da sociobiodiversidade.

10. Fortalecer os mercados institucionais para os produtos da sociobiodiversidade

- Criar mecanismos legais que garantam a aquisição e valorização de produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais locais assim como para a compra de produtos não-alimentícios.
- Priorizar os produtos regionais da sociobiodiversidade nas compras governamentais, flexibilizando as exigências para que os PCTAF tenham acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

- Criar declaração extrativista, para extrativistas sem-terra, possibilitando o acesso ao PAA.
- Alterar a lei de licitações para incluir critério de sustentabilidade nos produtos adquiridos pelas compras governamentais com destaque para os produtos da sociobiodiversidade.

11. Desenvolver mecanismos de incentivo aos produtos da sociobiodiversidade

- Desenvolver lei de incentivos fiscais para o aprimoramento, pesquisa e desenvolvimento dos produtos da sociobiodiversidade.
- Incentivar, por meio de marco legal, o resgate e a preservação dos conhecimentos tradicionais e populares dos PCTAF na forma de programas educacionais e culturais.
- Isentar de tributos os produtos das cadeias da sociobiodiversidade.

12. Desenvolver sistema unificado de atenção e sanidade agropecuária

- Intensificar a implementação do Sistema Unificado de Atenção e Sanidade Agropecuária – SUASA para os produtos da sociobiodiversidade, em todos os estados brasileiros, fomentando a criação de consórcios para sua implantação nos municípios.
- Buscar mecanismos legais para o reconhecimento dos mecanismos de avaliação participativa de conformidade na qualificação dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade.
- Criar mecanismos que tornem o documento emitido pelo SIM (Sistema de Inspeção Municipal) válido em todo o território nacional.

13. Promover a adequação do SNUC para as reservas agroextrativistas sustentáveis

- Adequar o SNUC para reconhecer as reservas agroextrativistas de uso sustentável.
- Estabelecer, na regulamentação da lei da Mata Atlântica, que a partir dos planos municipais de desenvolvimento sejam elaborados projetos para acessar o Fundo de Restauração da Mata Atlântica.
- Envolver na regulamentação da Lei da Mata Atlântica e demais instrumentos legais estaduais e municipais no que se refere às práticas tradicionais usadas por PCTAF (pousio - roça de coivara, manejo dos bracatingais, etc.).

14. Rever as exigências para a reserva legal e reflorestamento envolvendo os PCTAF

- Liberar o acesso aos extrativistas, agroextrativistas e povos e comunidades tradicionais às áreas de reserva legal das grandes propriedades rurais particulares para o aproveitamento sustentável dos recursos da sociobiodiversidade.
- Exigir que a Reserva Legal extra-propriedade seja da mesma fitofisionomia da área de origem.
- Priorizar o uso de espécies nativas para fins de reflorestamento, incluindo ações para recompor o estoque da fauna silvestre e criar lei de desmatamento zero para o Cerrado e Pantanal.

- Propor/organizar mecanismos de gestão da aplicação dos recursos do ICMS Verde / Ecológico oriundos de áreas protegidas.
- Promover mecanismos de incentivo e apoio para que se conserve e utilize, de forma sustentável, os 20% de área de reserva legal e as APPs do Bioma Caatinga como estratégia de manutenção da sociobiodiversidade, além de ampliar os incentivos para a criação de RPPNs e a implementação dos corredores ecológicos das caatingas.
- Simplificar os procedimentos de autorizações e licenciamentos ambientais para os empreendimentos dos produtos da cadeia da sociobiodiversidade dos PCTAF, reconhecendo os acordos comunitários por parte dos órgãos ambientais, como instrumentos equivalentes aos planos de manejo, no caso de reserva legal e áreas extrativistas.

15. Desenvolver marco legal para a exploração da fauna e flora

- Elaborar lei federal de criação e manejo territorial de fauna, ictiofauna e flora, garantindo o beneficiamento local e acesso a comercialização.
- Assegurar isenção fiscal dos produtos nativos oriundos de produção comunitária sustentável no Cerrado e Pantanal.
- Regular, por meio de legislação específica, o acesso e uso pelos PCTAF da matéria-prima da biodiversidade local em áreas públicas e privadas.
- Propor alteração na Lei de Sementes e Mudas, garantindo aos PCTAF o direito de produção e comercialização de sementes tradicionais.

16. Tornar mais forte o marco legal para atividades poluidoras

- Criar lei que estabeleça mecanismos de taxação progressiva para atividades agropecuárias causadoras de degradação e poluição ambiental.
- Restringir a produção em larga escala da cana de açúcar e das usinas de agro-combustível no Pantanal.
- Restringir a construção de usinas hidrelétricas na região do pantanal.

17. Regulamentar o uso de plantas medicinais

- Aperfeiçoar a legislação vigente para incorporar a validação da eficácia e eficiência do uso das plantas medicinais utilizadas pelas comunidades, a partir do conhecimento e práticas tradicionais.

18. Rever as restrições legais para o acesso aos recursos genéticos

- Ampliar a discussão sobre os riscos da restrição do direito de acesso aos recursos genéticos nativos (sementes, mudas, lei de acesso, recursos da fauna nativa e tradicional), com vistas a estabelecer garantias, informar, sensibilizar e envolver a sociedade e o poder executivo e legislativo.
- Ampliar a discussão sobre os riscos da legislação de biossegurança, envolvendo a participação da sociedade civil e sensibilizando o poder executivo, judiciário, legislativo e Ministério Público.

19. Articular a reformulação de aspectos legais que favoreçam a ATER e os saberes populares

- Desvincular a obrigatoriedade de responsabilidade técnica para produtos da sociobiodiversidade desenvolvidos por comunidades.
- Reformular/criar novo marco regulatório para as atividades de ATER/ATES, considerando especificidades como prestação de contas menos burocráticas e adequação do calendário de liberação de recursos ao calendário de atividades agrícolas (condições climáticas/épocas adequadas de plantios e cultivos).
- Rever a necessidade de regulamentação fundiária pelo INCRA e Governo de Estados, das terras quilombolas da comunidade Kalunga, indígenas e outras comunidades impedidas de acessar a ATER.

20. Rever o marco legal para as organizações de PCTAF

- Simplificar as normativas de criação e funcionamento das organizações de PCTAF.

21. Aprimorar os mecanismos de segurança no campo

- Aprofundar os mecanismos legais de redução da insegurança no campo para quem tem seus direitos desrespeitados, criando uma Ouvidoria ligada à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.
- Implantar corregedoria nas repartições de fiscalização no campo para se contrapor aos grandes latifundiários e falsos empresários.
- Garantir que nos PAEs e PDS sejam respeitados critérios de assentamento das populações tradicionais e comunidades extrativistas.
- Priorizar a criação de Resex e outras unidades de conservação de uso sustentável nos moldes previstos no SNUC.

Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis



Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais

Apoio:

Sociedade
Pátria
Amada

Instituto
Chico Mendes



SESI



gtz



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Meio Ambiente

